

## Os eventos jurídicos e os meios eletrônicos

Os diversos eventos jurídicos realizados por entidades públicas e privadas concorrem de forma especial para a formação dos operadores ou profissionais do direito. Os referidos encontros permitem um contato privilegiado com o direito em movimento, em particular com as mais novas tendências doutrinárias e jurisprudenciais.

Para os eventos jurídicos tradicionais, realizados de forma presencial com uma significativa logística e custos consideráveis de deslocamento e hospedagem, os meios eletrônicos são normalmente utilizados nas ações de divulgação, inscrição, hospedagem e deslocamento.

Nos últimos anos, identifica-se um intenso movimento no sentido da realização dos próprios eventos na internet. Com efeito, algumas modernas tecnologias de comunicação viabilizam a transmissão em tempo real (on-line) das exposições típicas desses eventos. Outra possibilidade, com implementação tecnicamente singela, consiste no armazenamento das manifestações para acesso a qualquer momento via internet.

O *site* Âmbito Jurídico (<http://www.ambito-juridico.com.br>) promove uma série de Seminários Virtuais (pela internet). Exige-se, para a participação, cadastramento no portal. O certificado de participação, segundo as normas aplicáveis, é fornecido mediante o pagamento de uma taxa de inscrição.

O *site* Fiscosoft (<http://www.fiscosoft.com.br>) promove, por intermédio de vídeo-aulas pela internet, WebSeminários sobre temas das áreas Tributária, Trabalhista e Previdenciária. Ao final do período de acesso (de 2 a 3 meses) ao ambiente virtual dos seminários, será enviado pelo correio um certificado “que atesta a participação no seminário virtual equivalente às horas estimadas para a assimilação de seu conteúdo”.

O *site* [DireitodoEstado.com.br](http://www.direitodoestado.com.br)

(<http://www.direitodoestado.com.br>) disponibiliza trechos de palestras dos mais renomados juristas brasileiros sobre temas relacionados com o Direito Público, em especial Constitucional, Administrativo, Tributário e Processo.

Brasília, 24 de dezembro de 2006.

Aldemario Araujo Castro

Procurador da Fazenda Nacional

Mestre em Direito

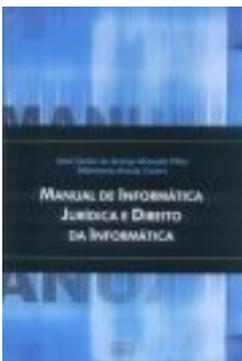
Professor de Informática Jurídica e Direito da Informática da Universidade Católica de Brasília

Coordenador da Especialização (a distância) em Direito do Estado da Universidade Católica de Brasília

Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico – IBDE

Membro do Conselho Consultivo da Associação Paulista de Estudos Tributários – APET

Co-autor do livro Manual de Informática Jurídica e Direito da Informática



Site: <http://www.aldemario.adv.br>